



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 12/2015, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO ARQUIVO
NACIONAL E A EMPRESA CONNECTCOM
TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS
LTDA.**

Processo nº 08060.000058/2015-45

A **União**, por intermédio do **Arquivo Nacional**, órgão integrante da estrutura básica do **Ministério da Justiça**, com sede na Rua Azeredo Coutinho, 77 – Centro, na cidade do Rio de Janeiro/Estado RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.374.067/0001-47, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Jaime Antunes da Silva**, nomeado pela Portaria nº 2.433, de 24 de outubro de 2011, publicada no *DOU* de 25 de outubro de 2011, inscrito no CPF nº 212.140.187-34, portador da Carteira de Identidade nº 02.047.550-5, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.308.141/0001-76, sediada com matriz na Av. Bernardino de Campos, 98, 9º andar, Paraíso, São Paulo/SP, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **Valter Santos Lima Júnior**, portador da Carteira de Identidade nº 14.893.882-6, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 101.773.738-06, e pelo Sr. **José Moura de Souza Filho**, portador da Carteira de Identidade nº 11.558.415-8, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 011.540.928-95, tendo em vista o que consta no Processo nº 08060.000058/2015-45 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 5/2015, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços de **Solução de Tecnologia da Informação (TI) relativa a serviços especializados de Infraestrutura de Rede, Administração de Rede e Suporte Técnico à Usuários no Arquivo Nacional – Ministério da Justiça (AN/MJ)**, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item	Descrição do Perfil	Grau de Dificuldade (a)	Quant. de Perfis (b)	UST Mensal (c)= (a)*(b)*168	UST Anual (d)=(c)*12
1	Especialista em Infraestrutura Sênior	5	1	840	10.080
2	Administração de Segurança da Informação	4	1	672	8.064

CONNECTCOM
JURÍDICO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

3	Administração de Banco de Dados Pleno	3	1	504	6.048
4	Administração de Rede Sênior	4	1	672	8.064
5	Administração de Rede Pleno	3	2	1.008	12.096
6	Administração de Portal Pleno	3	1	504	6.048
7	Administração de Equipamentos, Servidores e Datacenter Pleno	3	1	504	6.048
8	Operação de Rede Pleno	2	2	672	8.064
9	Suporte Técnico ao Usuário Pleno	1	4	672	8.064
Totais			14	6.048	72.576

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de **18/06/2015** e encerramento em **17/06/2016**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
- 2.1.5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 112.976,64 (cento e doze mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 1.355.719,68 (um milhão, trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos)**, com o valor unitário da UST (Unidade de Suporte Técnico) de **R\$ 18,68 (dezoito reais e sessenta e oito centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2015, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/200247

CONNECTCOM
JURÍDICO



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

Fonte: 0100000000

Programa de Trabalho: 04391202028100001

Elemento de Despesa: 339037

PI: 815AN

Nota de Empenho: 2015NE8000226

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até **30 (trinta)** dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de **10 (dez)** dias, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir, devendo estar acompanhada dos documentos mencionados no §1º do art. 36 da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no §1º do art. 36, da IN/SLTI nº 02, de 2008.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

5.6.1. Não sendo regularizada a situação da Contratada no prazo concedido, ou nos casos em que identificada má-fé, se não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

5.7. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.7.1. não produziu os resultados acordados;

5.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

5.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada,

5.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993.

5.15.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100)$$

$$I = 0,00016438$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



6. CLÁUSULA SEXTA – DA CONTA VINCULADA

6.1. O Arquivo Nacional/MJ, de acordo com o que determina o art. 19-A da IN 02/2008 do MPOG, provisionará os valores referentes ao pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da CONTRATADA em conta vinculada específica, que somente será liberada para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores nas seguintes condições:

6.2. Parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13º salários, quando devidos;

6.3. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão do empregado vinculado ao contrato;

6.4. Parcialmente, pelo valor correspondente aos 13º de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

6.5. Ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e

6.6. O saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

6.7. Qualquer ônus decorrente da movimentação dos valores da conta vinculada específica para a conta dos funcionários correrá a expensas da empresa contratada.

6.8. O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, correspondente a 23,33% da remuneração mensal, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

6.9. A CONTRATADA, no momento da assinatura do contrato, deve autorizar a Administração contratante a fazer a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica, de acordo com o art. 19-A da IN 02/2008 do MPOG.

6.10. O pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ocorrer via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

6.11. A CONTRATADA, no momento da assinatura do contrato, deve autorizar a Administração contratante a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.12. A abertura e movimentação da referida conta, ficam condicionadas a emissão pela CONTRATANTE e/ou CONTRATADA de ofícios.

6.13. A Adjudicatária poderá solicitar a autorização ao Arquivo Nacional/MJ para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

6.14. Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato, a Adjudicatária deverá apresentar ao Arquivo Nacional/MJ os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

6.15. O Arquivo Nacional/MJ expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

6.16. A Adjudicatária deverá apresentar ao Arquivo Nacional/MJ, no prazo máximo de três dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.17. O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à Adjudicatária, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.

6.18. O Arquivo Nacional/MJ, fundamentada no inciso IV, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Adjudicatária, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.19. Os valores provisionados para atendimento da condição anterior serão discriminados conforme tabela abaixo, sendo o percentual incidente sobre a remuneração total dos funcionários:

Item	Percentual		
13º Salário	8,33%		
Férias e Abono de Férias	12,10%		
Adicional do FGTS Rescisão sem justa causa	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Grupo A sobre Férias e 13º Salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total **	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição 1%, 2% ou 3% referente ao grau de risco de acidente do trabalho, prevista no Art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REPACTUAÇÃO

7.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

7.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

7.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

7.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

7.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

7.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

7.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

7.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

7.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

7.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

7.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

7.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

7.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

7.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

7.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

7.13.2. as particularidades do contrato em vigência;

7.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

7.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

7.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

7.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

7.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

7.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

7.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

7.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

7.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

7.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

8.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de **R\$ 67.785,98 (sessenta e sete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

8.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

8.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

8.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

8.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.3.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

- 8.3.2.** prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 8.3.3.** as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
- 8.3.4.** obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.
- 8.4.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, mencionados no art. 19, XIX, b da IN SLTI/MPOG 02/2008.
- 8.5.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 8.6.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 8.7.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 8.8.** A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
- 8.8.1.** caso fortuito ou força maior;
 - 8.8.2.** alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
 - 8.8.3.** descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
 - 8.8.4.** atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- 8.9.** Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.
- 8.10.** Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho.
- 8.10.1.** Caso a Contratada não logre efetuar uma das comprovações acima indicadas até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada e dos valores das faturas correspondentes a 1 (um) mês de serviços para realizar o pagamento direto das verbas rescisórias aos trabalhadores alocados na execução contratual, conforme arts. 19-A e 35 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2008, conforme obrigação assumida pela contratada.
- 8.11.** Será considerada extinta a garantia:
- 8.11.1.** com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 8.11.2.** no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

9. CLÁUSULA NONA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

- 9.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.1.1. A fiscalização dos contratos, no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, deve ser realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

9.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

9.3. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

9.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

9.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

9.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.8. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.9. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as comprovações previstas no §5º do art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008.

9.10. O fiscal do contrato também poderá solicitar ao preposto que forneça os seguintes documentos: a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante; b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o órgão ou entidade contratante; c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

9.10.1. Tal solicitação será realizada periodicamente, por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

9.10.2. Para tanto, conforme previsto no Termo de Referência, a empresa deverá instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção de tais informações,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

bem como oferecer os meios necessários para que obtenham tais extratos, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.10.3. Os empregados também deverão ser orientados a realizar tais verificações periodicamente e comunicar ao fiscal do contrato qualquer irregularidade, independentemente de solicitação por parte da fiscalização.

9.11. O fiscal do contrato poderá solicitar ao preposto os documentos comprobatórios da realização do pagamento de vale-transporte e auxílio alimentação em nome dos empregados, relativos ao período de execução contratual, para fins de conferência pela fiscalização.

9.11.1. Tal solicitação será realizada periodicamente, inclusive por amostragem, isto é, abrangendo, a cada ocasião, determinado quantitativo de empregados, de modo que, ao final de 12 (doze) meses de execução contratual, todos ou a maior parte dos empregados alocados tenham sido abrangidos ao menos uma vez.

9.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.13. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

9.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços ou em razão da dispensa de empregado vinculado à execução contratual, a contratada deverá entregar no prazo de 10 (dez) dias a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador: a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria; b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais; c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

9.16. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. A execução do contrato será baseada no modelo no qual a Contratante é responsável pela gestão do contrato e pela atestação dos resultados esperados e dos níveis de qualidade exigidos frente aos serviços entregues, e a Contratada é responsável pela execução e gestão dos recursos humanos necessários;

10.2. Os serviços serão prestados de forma continuada e mensurados por quantidade Unidade de Suporte Técnico – UST executadas;

10.3. Para o modelo proposto no Termo de Referência, que se concentra na entrega de serviços, considerar-se-á o período de três meses como prazo de estabilização para prestação dos serviços por parte da Contratada e monitoramento por parte da Contratante. Durante este período, ocorrerão ajustes de processos, procedimentos e do Acordo de Níveis de Serviços entre as partes;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

10.4. Os serviços serão prestados na SEDE do AN que está situado na Praça da República, 173 - Centro - Rio de Janeiro - RJ durante o horário de funcionamento da instituição - 7h e 19h;

10.5. A Contratada deverá registrar em Relatório Mensal de Atividades todos os serviços prestados durante o mês anterior, nos moldes definidos pelo AN e em consonância com as normas vigentes, o qual será indispensável ao acompanhamento e controle das ações previstas no Termo de Referência e deverá ser entregue juntamente com a respectiva fatura e demais documentos exigidos pelo Fiscal Administrativo;

10.6. A Contratada e todos os profissionais disponibilizados no contrato deverão comunicar por escrito qualquer contato que façam com outras empresas em nome do AN;

10.7. A Contratada deverá apresentar Termo de Compromisso (conforme ANEXO VI do Edital), contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no AN, a ser assinado pelo representante legal da Contratada;

10.8. A Contratada deverá apresentar Termo de Ciência (conforme ANEXO VII do Edital) da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no AN, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GESTÃO DO CONTRATO

11.1. Os serviços contratados deverão atender aos parâmetros estabelecidos no Acordo de Níveis de Serviço (ANS);

11.2. Os serviços serão prestados de forma continuada, mensurados de acordo com as Ordens de Serviço e aferidos pelo Acordo de Níveis de Serviço (ANS);

11.3. Nos três primeiros meses do Contrato serão realizados testes e inspeções visando o esclarecimento de eventuais dúvidas por ambas as partes e o consequente refinamento dos procedimentos de forma a se obter o resultado esperado;

11.4. Todo serviço demandado será registrado na ferramenta já em uso no AN (GLPI – “Gestão Livre de Parque de Informática) ou em outra que venha a ser proposta pela Contratada e que o AN, após avaliação, considere superior, desde que não incorra em custo adicional;

11.5. O GLPI será um dos mecanismos de inspeção e avaliação da Solução Contratada por parte do Gestor e do Fiscal Técnico;

11.6. Os resultados do monitoramento da rede serão apresentados diariamente através dos relatórios gerados pelas aplicações já em uso no AN e por outras que se venha a adquirir;

11.7. A Contratada e todos os profissionais disponibilizados no contrato deverão comunicar por escrito qualquer contato que façam com outras empresas em nome do AN;

11.8. Os serviços, rotineiros ou eventuais, deverão ter sua sequência ideal de realização registrada em POP's (Procedimento Operacional Padrão) de forma a facilitar sua execução e evitar falhas ou omissões;

11.9. Para a execução das atividades, a Contratada seguirá os procedimentos/scripts (documentação técnica) adotados pela Contratante. Caso não estejam disponíveis na base de conhecimento oficial da Contratante, ou estejam desatualizados, caberá à Contratada coletar as informações mais atuais e inseri-las/atualizá-las segundo os padrões adotados e submetendo à Contratante para aprovação;

11.10. O presente modelo viabilizará a contratação de serviços técnicos especializados de TI e não impede que, após análises futuras, as tarefas sejam modificadas, excluídas ou inseridas, sempre por iniciativa da Contratante, podendo também a Contratada propor alterações nas tarefas;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

11.11. A inclusão de novas tarefas, sempre que a Contratante avaliar necessária, deverá ser integrada ao Quadro de Tarefas com seu respectivo detalhamento. A inclusão de novas tarefas deve obedecer ao mesmo formato de preenchimento das tarefas iniciais, com a definição do nome da tarefa, classificação, desmembramento das atividades, estimativas de esforço, complexidade e consumo anual, definição de resultados esperados e níveis de qualidade exigidos, condições de glosa, pressupostos e restrições. Deve ser colhida também a anuência do preposto da Contratada e aprovação do fiscal do contrato;

11.12. Alterações em tarefas devem ser integradas aos documentos citados no item anterior, assim como a anuência do preposto da Contratada e a aprovação do fiscal do contrato;

11.13. Os serviços serão demandados por meio de Ordem de Serviço conforme modelo constante do Termo de Referência, o qual poderá ser adequado durante a execução do contrato e dela constarão todas as especificações necessárias para a entrega e avaliação dos produtos/serviços;

11.14. Todos os problemas técnicos registrados serão controlados por sistema informatizado, para efeito de registro de informações, acompanhamento das providências em andamento e do tempo decorrido desde a abertura de chamados, geração de relatórios, além de fiscalização da execução do contrato, não obstante à possibilidade de realização de procedimentos de auditoria por parte da Contratante ou por terceiros indicados por ela;

11.15. Deverá ser possível consultar, pelo sistema de gestão da Contratante, a qualquer tempo, as Ordens de Serviço com todas as informações previstas;

11.16. A Contratada não poderá se negar ou deixar de executar nenhuma tarefa demandada que esteja prevista, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato;

11.17. Nos casos excepcionais, em que a Contratada não consiga executar a Ordem de Serviço, conforme as condições demandadas, por motivos de dependência de alguma ação da própria Contratante ou por motivos de força maior, deverá comunicar ao Fiscal do Contrato por escrito e com antecedência, justificando os fatos e motivos que impedirão sua execução, cabendo ao Fiscal avaliar a admissibilidade das justificativas;

11.18. Para execução de Ordens de Serviço de novas implantações, migrações e afins, que envolvam um grande volume de serviço num curto espaço de tempo, em que for necessária a readequação dos recursos técnicos da Contratada, será definido o início de execução da primeira Ordem para um prazo não inferior a 30 (trinta) dias, possibilitando, à mesma, tempo para readaptação do seu quadro técnico;

11.19. Para a execução do contrato de prestação dos serviços será implementado método de trabalho com base no conceito de delegação de responsabilidade. Este conceito atribui ao AN a gestão qualitativa dos resultados a serem obtidos pelas atividades desenvolvidas. Cabe à Contratada a responsabilidade pela execução operacional dos serviços e pelo gerenciamento apropriado de seus recursos humanos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇOS

12.1. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis, estabelecidos pela Contratante, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com a execução dos serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência/cobertura e segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela Contratada;

12.2. Os indicadores de avaliação e respectivas metas foram definidos de acordo com a natureza e características de cada serviço e expressos em unidades de medida, como por exemplo: percentuais,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

tempo medido em horas, minutos ou segundos, números que expressam quantidades físicas, dias úteis e dias corridos;

12.3. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviço será mensal, devendo a Contratada elaborar relatórios gerenciais de serviços, apresentando-os à Contratante até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço. Devem constar desse relatório, entre outras informações, os indicadores/metras de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão definidos pelas partes;

12.4. Indicadores de níveis de serviço – os serviços prestados serão medidos com base em indicadores e metas de níveis de serviço, vinculados a fórmulas de cálculo específicas, e deverão ser executados pela Contratada de modo a alcançar as respectivas metas exigidas;

12.5. O nível de serviço indica a variação considerada aceitável pelo AN dos indicadores de desempenho para a prestação dos serviços. O acordo de nível de serviço aqui descrito apresenta todos os indicadores que compreendem essa avaliação;

12.6. A não comunicação de incidentes e a glosa estabelecida em função dos pontos atribuídos pela falha no monitoramento não exime a Contratada da responsabilidade civil pelos eventuais prejuízos causados à Contratante;

12.7. Será aplicada a tabela de verificação dos indicadores apresentada a seguir:

Verificador	Finalidade	Limites	Pontos atribuídos pelo não atendimento
Percentual de incidentes comunicados fora do prazo	Agilidade de resposta e manutenção correta do ambiente	0%-10%	0
		10%-25%	30
		25%-50%	45
		50%-100%	60
Percentual de OS concluídas fora do prazo	Verificar a eficiência da Contratada	0%-10%	0
		10%-25%	30
		25%-50%	60
		50%-100%	90
Percentual de OS iniciadas fora do prazo	Verificar a adequação do quadro alocado pela empresa	0%-10%	0
		10%-25%	30
		25%-50%	60
		50%-100%	90

12.8. Além da atribuição dos pontos apurados pelo descumprimento dos índices relacionados aos indicadores, a tabela abaixo mostra a pontuação atribuída por outras ocorrências e que contribuirão para soma total dos pontos para efeito de glosa no faturamento mensal para todos os itens.

Nº	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	PONTOS
----	-----------	------------	--------



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

1	Suspender ou interromper salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a execução das ordens de serviço.	Por ocorrência	20
2	Atribuir ordem de serviço a empregado sem as qualificações mínimas exigidas.	Por ocorrência	15
3	Cumprir e/ou implementar as rotinas em desconformidade com a Política de Segurança do AN.	Por ocorrência	05
4	Cumprir e/ou implementar as rotinas em desconformidade com o Plano de Continuidade de TI do AN.	Por ocorrência	05
5	Não apresentar os relatórios consolidados de Ordens de Serviço e indicadores de forma a possibilitar a fiscalização dos serviços prestados.	Por dia de atraso	05
6	Não criar e manter a documentação atualizada e completa sobre as configurações de rotinas, sistemas e equipamentos relacionados com o serviço em questão.	Por ocorrência	05
7	Deixar de substituir empregado que apresente comportamento inadequado ao ambiente da Contratante (após comunicação).	Por dia	05
8	Não manter controle das versões das aplicações instaladas nos equipamentos/sistemas relacionados ao serviço.	Por ocorrência	15
9	Não solicitar a inclusão de arquivos/configurações importantes na rotina de backup.	Por ocorrência	15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

12.9. A definição dos indicadores e a classificação de incidentes e Ordens de Serviço obedecerá a seguinte tabela de criticidade:

Grau de Criticidade	Prazo (em minutos)
5	5
4	20
3	60
2	1.440
1	2.880

12.10. Para cada serviço contratado são definidos os seguintes indicadores que servirão como base para definição e aferição dos níveis de serviço:

Indicador	Número de Ordens de Serviço (OS)	Prazo
1	Com atendimento iniciado fora do prazo definido por sua criticidade	Para início de Atendimento Prazo da Criticidade ≤ 0
2	Com atendimento iniciado fora do prazo definido por sua criticidade	Para início de Atendimento – (Prazo da Criticidade) > 0
3	Dentro do prazo acordado	Real Prazo Acordado ≤ 0

Nível Mínimo de Serviços – NMS

12.11. O nível de serviço indica a variação considerada aceitável pelo AN dos indicadores de desempenho para a prestação dos serviços. O Nível Mínimo de Serviço aqui descrito apresenta todos os indicadores que compreenderão essa avaliação;

12.12. A ausência dos demais indicadores no Nível Mínimo de Serviço não isenta a Contratada de apresentá-los mensalmente;

12.13. Serão adotados como período de estabilização os primeiros 90 dias de operação dos serviços, período no qual os indicadores poderão ser flexibilizados e ajustados, desde que em comum acordo entre as partes;

12.14. A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados pela Contratada e os indicadores apurados em auditoria, configura-se como não cumprimento do Nível Mínimo de Serviço, sendo neste caso, aplicada as sanções administrativas previstas em contrato;

12.15. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis, estabelecidos entre o AN e a Contratada, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados com os serviços contratados, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência/ cobertura e



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

segurança. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela Contratada;

12.16. Os indicadores de avaliação e respectivas metas foram definidos de acordo com a natureza e características de cada serviço e expressos em unidades de medida, como por exemplo: percentuais, tempo medido em horas, minutos ou segundos, números que expressam quantidades físicas, dias úteis e dias corridos;

12.17. A frequência de aferição e avaliação dos níveis de serviço será mensal, devendo a Contratada elaborar relatórios gerenciais de serviços, apresentando-os ao AN. Devem constar desse relatório, entre outras informações, os indicadores/metadados de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas administrativas e gerenciais para o próximo período e demais informações relevantes para a gestão contratual. O conteúdo detalhado e a forma do relatório gerencial serão definidos pelas partes;

12.18. Os serviços serão medidos com base em indicadores e metas de níveis de serviço, vinculados a fórmulas de cálculo específicas, e deverão ser executados pela Contratada de modo a alcançar as respectivas metas exigidas, salvo quando ocorrerem incidentes de responsabilidade da Contratante que incorram no não cumprimento dos níveis de serviços;

12.19. As metas devem ser medidas do primeiro ao último dia de cada mês. A meta exigida representa o parâmetro de valor: exato ("=": igual), limite máximo ("<=": menor ou igual) ou limite mínimo (">=": maior ou igual), que deve ser alcançada pela Contratada, para cada um dos indicadores;

12.20. Os tempos serão contados a partir da ocorrência do problema;

12.21. Os tempos de atividades que não dependem da Contratada serão descontados do tempo de atendimento do chamado (problemas de infraestrutura, desenvolvimento, que depende de outro fornecedor ou servidores);

12.22. Elementos de Advertência e Multa: A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados pela Contratada e os indicadores apurados pelo AN, configuram-se como não cumprimento do Nível Mínimo de Serviço, sendo neste caso aplicada cláusula específica definida nas sanções administrativas do contrato e ainda:

Quantidade de Pontos Mensal	Penalidade
≥ 200 e < 400	Advertência
A cada 400	Multa de 0,2% do valor do contrato até o limite de 3%

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da CONTRATANTE:

13.1.1. Todos os itens estão de acordo com a Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014 ;

13.1.2. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 30 da referida IN;

13.1.3. Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço (ver ANEXO V), de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto no arts. 19 e 33 da IN 04;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

13.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;

13.1.5. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

13.1.6. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

13.1.7. Realizar, no momento da licitação e, sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

13.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer.

13.1.9. Promover a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por intermédio de profissional especialmente designado, o qual anotará em registro próprio as falhas detectadas e as medidas corretivas necessárias; o mesmo deverá acompanhar o desenvolvimento do contrato, conferir os serviços executados e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução fiel e correta dos serviços, podendo, ainda, sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos contratuais;

13.1.10. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para execução dos serviços objeto do Termo de Referência, bem como definir e homologar suas rotinas;

13.1.11. Especificar e estabelecer normas e diretrizes para execução dos serviços objeto do Termo de Referência, bem como definir e homologar suas rotinas;

13.1.12. Fornecer à Contratada as normas do AN para o acesso e execução de serviços;

13.1.13. Proporcionar todas as condições e prestar as informações necessárias para que a Contratada possa cumprir com suas obrigações, dentro das normas e condições contratuais;

13.1.14. Disponibilizar, excepcionalmente, o ambiente de trabalho e todos os recursos necessários para a execução dos serviços nos locais especificados no Termo de Referência, que não sejam de responsabilidade da Contratada e que se revelem necessários;

13.1.15. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo preposto da Contratada;

13.1.16. Permitir acesso do pessoal técnico da Contratada necessário à execução dos serviços, bem como colocar à disposição equipamentos e informações com relação a regulamentos e normas que disciplinam a segurança e o sigilo, respeitadas as disposições legais;

13.1.17. Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;

13.1.18. Registrar e oficializar a Contratada, as ocorrências de desempenho ou comportamento insatisfatório, irregularidades, falhas, insuficiências, erros e omissões constatados, durante a execução do contrato, para as devidas providências pela Contratada;

13.1.19. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados com especificações inferiores às definidas no Termo de Referência;

13.1.20. Encaminhar para o atesto dos gestores as faturas emitidas dos serviços prestados;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

13.1.21. Avaliar relatório mensal dos serviços executados pela Contratada e, caso necessário, propor adequações que busquem melhorar o desempenho na execução dos serviços;

13.1.22. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

13.2. São obrigações da CONTRATADA:

13.2.1. Indicar formalmente Preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

13.2.2. Credenciar devidamente o seu Preposto para representá-lo em todas as questões relativas ao cumprimento dos serviços, de forma a garantir a presteza e a agilidade necessária ao processo decisório e para acompanhar a execução dos serviços e realizar a interface técnica e administrativa entre o AN e a equipe da Contratada, sem custo adicional;

13.2.3. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

13.2.4. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

13.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

13.2.6. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do contrato, conforme art. 18, inciso I, alínea "g" da IN 04.

13.2.7. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração;

13.2.8. Encaminhar ao AN, antes da data de início da realização dos serviços a relação nominal dos profissionais, incluindo o nº do CPF e Carteira de Identidade;

13.2.9. Manter atualizados seus dados cadastrais no AN;

13.2.10. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe de técnicos do AN;

13.2.11. Responsabilizar-se exclusivamente sobre a seleção, a designação e a manutenção do quadro de profissionais alocados ao contrato;

13.2.12. Realizar, às suas expensas, na forma da legislação pertinente, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de trabalho, os exames médicos de seus empregados, exigidos por força da Lei nº 6514, art. 168, de 22 de dezembro de 1977, Norma Regulamentar nº 07;

13.2.13. Responsabilizar-se pela não contratação de parentes de servidores ativos e inativos do AN, conforme os princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade na Administração Pública insitos no Art. 37, caput, da Constituição Federal;

13.2.14. Manter os profissionais alocados devidamente identificados por meio de crachás constando retrato, nome completo do funcionário e nome completo da empresa;

13.2.15. Providenciar que os funcionários ocupantes do cargo Suporte Técnico ao Usuário Pleno se apresentem ao local de trabalho uniformizados. O uniforme será composto de calça



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

jeans azul escuro, camisa polo, com identificação ou logo da Contratada, de cor a ser definida posteriormente, e tênis azul ou preto ou sapato preto. Deverão ser fornecidos os conjuntos de uniforme em quantidades suficientes para atender a jornada de 40 horas semanais. Os conjuntos também deverão ser repostos quando começarem a apresentar sinais visíveis de desgaste. O fornecimento dos uniformes e dos crachás será de inteira responsabilidade da empresa contratada, sem quaisquer ônus para os funcionários;

13.2.16. Manter os profissionais participantes do contrato atualizados tecnologicamente, promovendo a capacitação e treinamento oficiais dos fabricantes das aplicações em uso na Contratada ou das que venham a ser adquiridas, de forma a garantir a prestação dos serviços descritos no Termo de Referência em regime de excelência;

13.2.17. Assumir total responsabilidade pela execução dos serviços contratados, obedecendo ao que dispõe a proposta apresentada e observando as características descritas em Serviços Demandados (ver ANEXO III);

13.2.18. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes venham porventura ocasionar ao AN, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, podendo o AN descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos;

13.2.19. Responsabilizar-se por qualquer acidente ocorrido com seus profissionais, seja por imprudência, negligência ou imperícia, dentro ou fora dos locais da prestação/execução dos serviços, no desempenho das atividades ou em conexão com os mesmos;

13.2.20. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

13.2.21. Dispor de quadro de pessoal suficiente para garantir a execução dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente;

13.2.22. Substituir imediatamente, a critério do AN, a qualquer tempo, sem nenhum ônus adicional qualquer profissional do seu corpo técnico que o desempenho esteja aquém do desejado ou cuja presença seja considerada indesejável ou inconveniente;

13.2.23. Ter pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes aos serviços objeto do Termo de Referência, não podendo invocar, posteriormente, desconhecimento para cobrança de serviços extras;

13.2.24. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, atendendo as observações técnicas do Termo de Referência;

13.2.25. Documentar a partir da redação de manuais, quando for o caso, e de POP (Procedimento Operacional Padrão) todos os serviços executados visando à transferência de tecnologia para a Contratante;

13.2.26. Propor os ajustes necessários ao aprimoramento, à segurança e à racionalização dos serviços prestados em conformidade com as definições do Termo de Referência;

13.2.27. Comunicar ao AN, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos da execução dos serviços, propondo as ações corretivas necessárias para a execução dos mesmos;

13.2.28. Submeter ao AN qualquer alteração que se tornar essencial à continuação da execução ou prestação dos serviços;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

13.2.29. Responsabilizar-se por outras despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, tais como: encargos fiscais, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas e imputáveis à Contratada;

13.2.30. Responsabilizar-se por todos os salários e pelos encargos sociais trabalhistas e previdenciários relativos ao pessoal técnico e administrativo alocado à execução dos serviços objeto do contrato, ficando o AN isenta de qualquer responsabilidade decorrente de vínculo empregatício ou obrigação trabalhista com o pessoal alocado a partir do contrato;

13.2.31. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus profissionais indicados ou prepostos, obrigando-se, igualmente, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigida por força da lei, relacionadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;

13.2.32. Atender às solicitações emitidas pela Fiscalização quanto ao fornecimento de informações e/ou documentação;

13.2.33. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções que forem detectados durante a vigência deste instrumento, cuja responsabilidade lhe seja atribuível, exclusivamente;

13.2.34. Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas quando da assinatura do mesmo;

13.2.35. Elaborar Relatório Diário de Atividades de acordo com as Ordens de Serviço;

13.2.36. Elaborar Relatório Mensal de Atividades relacionando os serviços prestados durante o mês anterior, nos moldes definidos pelo AN e em consonância com as normas vigentes, o qual será indispensável ao acompanhamento e controle das ações previstas no Termo de Referência e deverá ser entregue juntamente com a respectiva fatura;

13.2.37. Assinar termo declarando estar ciente de que a estrutura computacional disponibilizada pelo AN não poderá ser utilizada para fins particulares, e que a navegação em sítios da Internet e as correspondências em meio eletrônico utilizando o endereço institucional ou acessado a partir dos seus equipamentos poderão ser auditados com ou sem aviso prévio;

13.2.38. Cumprir rigorosamente todas as programações e atividades constantes do objeto do contrato e que venham a ser estabelecidas nas Ordens de Serviços;

13.2.39. Manter, no local dos serviços, um Diário de Ocorrências em que conste a assinatura do Preposto nos registros de eventuais ocorrências diárias relativas à execução dos trabalhos, o qual irá compor o relatório técnico apresentado ao AN mensalmente;

13.2.40. Manter todos os serviços demandados em pleno funcionamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. fraudar na execução do contrato;

CONNECTCOM
JURÍDICO



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

14.1.5. cometer fraude fiscal;

14.1.6. não mantiver a proposta.

14.2. Comete falta grave, podendo ensejar a rescisão unilateral da avença, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 2002, aquele que:

14.2.1. não promover o recolhimento das contribuições relativas ao FGTS e à Previdência Social exigíveis até o momento da apresentação da fatura;

14.2.2. deixar de realizar pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação no dia fixado.

14.3. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.3.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.3.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.3.2.1. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

14.3.2.2. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.3.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

14.3.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.3.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.3.5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.3.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

14.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL**

14.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO

15.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

15.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

15.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

15.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.4.3. Indenizações e multas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VEDAÇÕES

16.1. É vedado à CONTRATADA:

16.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

16.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ARQUIVO NACIONAL

subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

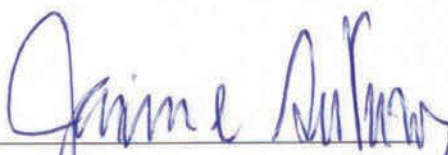
19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA – FORO

20.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.


Rio de Janeiro, 18 de junho de 2015.


Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral do Arquivo Nacional


Valter Santos Lima Júnior
Presidente
Connectcom Teleinformática Com.e Serv.Ltda
Serv.Ltda


José Moura de Souza Filho
Sócio-Diretor
Connectcom Teleinformática Com.e

TESTEMUNHAS:

NOME: 
IDENT: 05671011-4 IEP
CPF: 832918147-20

NOME: DEVERLEI CESAR DA CUNHA
IDENT: M7 881 854
CPF: 989 158 35680